

GRUPO I – CLASSE VII – Plenário

TC 003.276/2026-0

Natureza: Representação.

Órgão: Instituto Nacional do Seguro Social.

Interessados: Controladoria-Geral da União (26.664.015/0001-48); Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência - Dataprev (42.422.253/0001-01); Instituto Nacional do Seguro Social (29.979.036/0001-40).

Representação legal: não há

SUMÁRIO: REPRESENTAÇÃO. POSSÍVEIS IRREGULARIDADES RELACIONADAS AO VAZAMENTO DE DADOS SIGILOSOS DE APOSENTADOS E PENSIONISTAS DO INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL (INSS) E A PRÁTICAS ABUSIVAS E FRAUDULENTAS NOS EMPRÉSTIMOS CONSIGNADOS. ANÁLISE CAUTELAR. PRESENÇA DOS REQUISITOS DO PERIGO DA DEMORA E DA PLAUSIBILIDADE JURÍDICA. DEFERIMENTO DE MEDIDA CAUTELAR PARA SUSPENDER NOVAS AVERBAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS PESSOAIS CONSIGNADOS ATÉ QUE SEJAM IMPLANTADOS OS CONTROLES MÍNIMOS NECESSÁRIOS PARA MITIGAR O RISCO DE CONSIGNAÇÕES INDEVIDAS. APURAÇÃO DA EXISTÊNCIA E DA EXTENSÃO DAS POSSÍVEIS IRREGULARIDADES. DETERMINAÇÃO DE INSPEÇÃO. COMUNICAÇÕES.

RELATÓRIO

Transcrevo, a seguir, a instrução subscrita por Auditora Federal de Controle Externo à peça 49, a qual contou com a anuência do corpo diretivo da Unidade de Auditoria Especializada em Previdência, Assistência e Trabalho (peças 50 e 51):

“INTRODUÇÃO

1. Cuidam os autos de representação formulada pelo Ministério Público junto ao TCU (MPTCU), por meio de seu Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado, acerca de supostas irregularidades relacionadas ao vazamento de dados sigilosos de aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e a práticas abusivas e fraudulentas nos empréstimos consignados (peça 1).

HISTÓRICO

2. O representante, com base na matéria jornalística “CPI do INSS agora mira os consignados”, de 5/2/2026 (peça 2), alegou práticas abusivas e fraudulentas por parte de instituições financeiras, com risco iminente de danos irreparáveis ou de difícil reparação aos aposentados e pensionistas do INSS, destacando: (i) o vazamento recorrente de dados de aposentados (o que faria com que instituições financeiras passassem a assediá-los comercialmente com a oferta de crédito, expondo os cidadãos mais vulneráveis a fraudes e endividamento excessivo); e (ii) práticas como contratos pós-óbito, fraude no consignado, "troco" indevido e taxa abusiva (peça 1, p. 1-4).

3. Diante disso, o representante solicitou a este Tribunal a adoção das seguintes medidas principais

(peça 1, p. 4-5):

a) adotar medida cautelar, fazendo-se presentes, no caso ora em consideração, o *fumus boni iuris* e o *periculum in mora*, determinando ao INSS e às instituições financeiras conveniadas a suspensão temporária da concessão de novos empréstimos consignados aos beneficiários do sistema previdenciário, até que sejam esclarecidas as irregularidades apontadas e implementadas medidas efetivas para garantir a segurança e a transparência dessas operações;

b) apurar os indícios de vazamento de dados sigilosos de aposentados e pensionistas do INSS, bem como as práticas abusivas e fraudulentas relacionadas aos empréstimos consignados;

4. A unidade técnica propôs conhecer da representação, por estarem satisfeitos os requisitos de admissibilidade previstos nos arts. 235 e 237, inciso III, do Regimento Interno deste Tribunal, c/c o art. 103, § 1º, da Resolução – TCU 259/2014. Adicionalmente, considerou necessário obter elementos adicionais a fim de se melhor avaliar a existência e a extensão dos pressupostos da medida cautelar pleiteada, razão pela qual propôs a realização de oitiva prévia e diligência ao INSS e à Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social (Dataprev), além de diligência à Controladoria-Geral da União - CGU (peça 5).

5. Em seu despacho, o Ministro Relator decidiu conhecer da representação, e autorizou as oitivas prévias e diligências propostas. Adicionalmente, ordenou o apensamento destes autos ao TC 016.470/2024-9, relatado originalmente pelo ex-Ministro Aroldo Cedraz, em razão da conexão entre os dois processos (peça 8).

6. Esta unidade técnica propôs, em substituição à decisão de apensamento ao TC 016.470/2024-9, a redistribuição deste processo, por prevenção, ao relator do TC 023.804/2025-4, também sob relatoria do ex-Ministro Aroldo Cedraz, por entender haver grau de conexão mais estreito com o TC 023.804/2025-4 que o verificado no TC 016.470/2024-9 (peça 26).

7. A proposta foi acolhida pelo Relator em seu despacho à peça 33.

8. A oitiva prévia e a diligência ao INSS foram encaminhadas por meio dos Ofícios 6088 e 6089/2026-TCU/Seproc, respectivamente (peças 9-10).

9. A oitiva prévia e a diligência à Dataprev foram encaminhadas por meio dos Ofícios 6090 e 6091/2026-TCU/Seproc, respectivamente (peças 11-12).

10. A diligência à CGU foi encaminhada por meio do Ofício 6092/2026-TCU/Seproc (peça 15).

11. As manifestações do INSS (peças 27-32 e 34-35), da Dataprev (peça 22) e da CGU (peças 36-39) serão examinadas nesta instrução.

EXAME TÉCNICO

12. Na instrução inicial destes autos, a unidade técnica mencionou que, segundo o art. 3º da Instrução Normativa - IN Pres/INSS 138, de 10/11/2022, o crédito consignado (cujas parcelas contratadas são deduzidas diretamente do pagamento mensal do benefício) compreende as seguintes modalidades:

- a) empréstimo pessoal consignado;
- b) cartão de crédito consignado; e
- c) cartão consignado de benefício.

13. O art. 4º da mesma IN define as citadas modalidades como:

I - empréstimo pessoal consignado: a modalidade de crédito concedida exclusivamente por instituição financeira para empréstimo de dinheiro, cujo pagamento é realizado por desconto de parcelas mensais fixas no benefício do contratante;

(...)

IV - cartão de crédito consignado: a modalidade de crédito concedida por instituição consignatária acordante ao titular do benefício, para ser movimentado até o limite previamente estabelecido, por meio do respectivo cartão;

V - cartão consignado de benefício: a forma de operação concedida por instituição consignatária acordante para contratação e financiamento de bens, de despesas decorrentes de serviços e saques, e concessão de outros benefícios vinculados ao respectivo cartão;

14. Com base nisso, a unidade técnica destacou ser importante ter em vista a existência dessas três modalidades distintas de crédito consignado para a análise da presença dos pressupostos da medida cautelar pleiteada pelo representante.

I. Análise quanto à presença do pressuposto da fumaça do bom direito

I.1. Histórico

15. Na instrução inicial, mencionou-se que o pressuposto da fumaça do bom direito era relacionado à fraude objeto da Operação Sem Desconto, deflagrada pela Polícia Federal e pela Controladoria-Geral da União em 23/4/2025, e amplamente noticiada pela imprensa. Essa operação identificou descontos indevidos realizados em larga escala nos benefícios previdenciários dos segurados do INSS, em total estimado em R\$ 6,5 bilhões entre os anos de 2019 e 2024. A operação resultou na troca do presidente do INSS em 30/4/2025 e, desde então, medidas vinham sendo adotadas no âmbito da autarquia em combate às irregularidades objeto da citada operação (peça 5, p. 2).

16. Além disso, foram trazidas aos autos as seguintes informações prestadas pelo presidente do INSS em seu depoimento na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI), em 5/2/2026 (peça 5, p. 2-3):

a) embora diversas ações tivessem sido empreendidas pela autarquia no combate às irregularidades, a exemplo da rescisão de dezessete Acordos de Cooperação Técnica – ACTs a partir de maio de 2025, era insuficiente a estrutura atual de apenas quatro servidores da Diretoria de Benefícios (Dirben) exclusivos para fiscalizar os 65,35 milhões de contratos de crédito consignado; e

b) as irregularidades ocorriam predominantemente nas modalidades de cartões (ou seja, cartão de crédito consignado e cartão consignado de benefício), e a fiscalização nessas modalidades era bastante dificultada por causa do sigilo bancário. As instituições financeiras que trabalhavam com empréstimo em folha não trabalhavam com cartão, e vice-versa.

17. Diante desse depoimento, a unidade técnica concluiu que (peça 5, p. 3):

a) havia indícios de que a fumaça do bom direito estava mais caracterizada nas modalidades cartão de crédito consignado e cartão consignado de benefício, e menos caracterizada na modalidade empréstimo pessoal consignado; e

b) com uma equipe notadamente pequena de quatro servidores para fiscalizar 65,35 milhões de contratos de crédito consignado, seria imperativo fortalecer controles adicionais na detecção e prevenção de irregularidades nos descontos consignados, destacando-se os controles automatizados.

18. No tocante aos controles automatizados, a unidade técnica destacou haver indícios de que o sistema eConsignado (solução utilizada para o processamento de créditos consignados, e contratada pelo INSS junto à Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social – Dataprev) carecia de algumas travas automáticas para detecção e bloqueio prévio de determinadas irregularidades. E, caso o sistema eConsignado automaticamente detectasse e bloqueasse previamente os descontos consignados no caso dessas irregularidades, grande número de descontos indevidos seria evitado, e o INSS teria melhores condições de fiscalização das contratações.

19. Foram realizadas oitivas prévias e diligências ao INSS e Dataprev, além de diligência à CGU.

I.2. Manifestação do INSS

20. O INSS, inicialmente, destaca que tem por competência precípua reconhecer direitos, conceder, manter e pagar benefícios previdenciários e assistenciais aos segurados e seus dependentes, recebendo elevado volume de requerimentos administrativos para concessão desses benefícios, alcançando a média de 1,3 milhão de novos requerimentos por mês (peça 30, p. 4).

21. Pondera que a magnitude dessa política pública operacionalizada pela autarquia, associada à significativa redução de sua força de trabalho nos últimos anos, tem demandado a priorização da alocação dos recursos humanos e operacionais às atividades finalísticas diretamente relacionadas ao reconhecimento de direitos previdenciários e ao atendimento aos segurados (peça 30, p. 4).

22. Também ressalta que os servidores do INSS possuem formação e atribuições voltadas primordialmente às atividades de reconhecimento de direitos previdenciários e assistenciais, e de

atendimento aos segurados, não contemplando em sua formação ou atribuições típicas competências específicas relacionadas à fiscalização de instituições financeiras ou à auditoria de operações de crédito ou supervisão de mercados financeiros, atividades que demandam conhecimentos técnicos especializados e estrutura institucional própria. Indica o Banco Central do Brasil (Bacen) como responsável pela regulação e supervisão das instituições financeiras e das operações de crédito no âmbito do sistema financeiro nacional, e a Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon), vinculada ao Ministério da Justiça, como responsável pela coordenação da política nacional de proteção e defesa do consumidor, inclusive no que se refere a práticas abusivas nas relações de consumo envolvendo operações financeiras (peça 30, p. 5).

23. Com relação às três diferentes modalidades de crédito consignado, o INSS esclarece que (peça 30, p. 8-9):

a) as modalidades cartão de crédito consignado e cartão consignado de benefício apresentam estrutura financeira baseada em limite de crédito rotativo, característica inerente às operações de cartão de crédito. Essa característica estrutural faz com que a operação não se configure como contrato com cronograma fixo de amortização, mas, sim, como relação creditícia dinâmica e contínua, na qual o valor efetivamente utilizado pelo beneficiário pode variar ao longo do tempo. Em razão dessa natureza rotativa do crédito, o sistema de consignações gerido pelo INSS registra, essencialmente, a existência da autorização de desconto e o limite de margem consignável comprometido, não tendo a autarquia visibilidade integral sobre as sucessivas utilizações do limite de crédito pelo beneficiário, a composição detalhada das faturas do cartão, os encargos financeiros incidentes sobre o saldo rotativo e eventuais refinanciamentos automáticos da dívida. Assim, ao INSS é possível apenas o controle dos limites de margem consignável e da regularidade formal da averbação, não abrangendo o acompanhamento detalhado da evolução do saldo devedor ou das condições financeiras da operação, tampouco a confirmação de que efetivamente houve a disponibilização do valor liberado ao beneficiário; e

b) a modalidade empréstimo pessoal consignado possui natureza de operação de crédito com valor previamente definido, prazo determinado e parcelas fixas previamente estabelecidas. Apesar da recente adoção de medidas para o fortalecimento dos controles no sistema de consignações (medidas detalhadas na peça 30, p. 5-7, tópico II.4), persistem limitações estruturais relevantes para a fiscalização integral das operações, como: (i) a elevada dimensão do sistema de consignações, que envolve milhões de operações ativas e as limitações de capacidade operacional decorrentes da redução do quadro de servidores, circunstância que exige a priorização das atividades finalísticas da Administração Previdenciária relacionadas ao reconhecimento de direitos e ao atendimento dos segurados; (ii) o fato de a contratação das operações ocorrer fora do ambiente administrativo do INSS, diretamente entre o beneficiário e a instituição financeira; e (iii) a natureza privada das relações contratuais de crédito, que envolve análise de risco e condições financeiras, matérias que não integram o âmbito de competência institucional da autarquia.

24. O INSS ainda informa que estão atualmente vigentes 57 Acordos de Cooperação Técnica celebrados com instituições financeiras consignatárias habilitadas a conceder empréstimos, cartão de crédito e/ou cartão consignado em benefícios elegíveis pagos pelo INSS, esclarecendo que tais acordos preveem autorização para as três modalidades de consignado (peça 27, p. 1, e peça 28). E encaminha planilha discriminando, para cada ACT vigente, a modalidade de crédito consignado que cada instituição financeira de fato opera (peça 29, p. 3-4).

25. Acrescenta que foram cadastradas no sistema *Clarity* as seguintes demandas à Dataprev de controles internos no sistema eConsignado, que atendem aos itens “e.1.1” a “e.1.7” da proposta de encaminhamento da instrução anterior:

Quadro 1 – Demandas abertas pelo INSS junto à Dataprev para implementação de controles internos no sistema eConsignado

Item da proposta de encaminhamento (peça 5, p. 5-6)	Demanda aberta pelo INSS junto à Dataprev (data de abertura)
e.1.1) ausência do contrato de crédito consignado ou da autorização da consignação pelo titular do benefício	DM.208207 - Estudo técnico para validação automatizada de documentação contratual com IA (14/11/2025). DM.209361 - CGPAG - [CONSIGNADO] - Trava para bloquear

	descontos em consignado sem contrato devidamente enviado (16/3/2026).
e.1.2) consignações em nome de falecidos	DM.209362 - CGPAG - [CONSIGNADO] - Trava para bloquear averbação de empréstimo em benefício de segurado falecido (16/3/2026).
e.1.3) inconsistências diversas na qualidade ou na completude da documentação	DM.208207 - Estudo técnico para validação automatizada de documentação contratual com IA (14/11/2025).
e.1.4) indicação de conta corrente para depósito do empréstimo distinta da conta de pagamento do benefício	DM.209363 - CGPAG - [CONSIGNADO] - Trava para impedir indicação de depósito em conta diferente do pagamento do benefício (16/3/2026).
e.1.5) inconsistências na validação biométrica	DM.206791 - Incremento de segurança para averbação de empréstimo consignado, (11/6/2025). DM.209364 - CGPAG - [CONSIGNADO] - Evolução sistêmica para impedir averbação de contratos com identificação biométrica prejudicada (16/3/2026).
e.1.6) acréscimo de outros produtos diversos ao crédito consignado (p. ex., seguro prestamista)	DM.208207 - Estudo técnico para validação automatizada de documentação contratual com IA (14/11/2025). DM.209365 - CGPAG - [CONSIGNADO] - Trava para impedir acréscimo de outros produtos ou seguros (16/3/2026).
e.1.7) consignações em nome de menores de idade sem autorização judicial	DM.209366 - CGPAG - [CONSIGNADO] - Trava para impedir averbação de empréstimo consignado para menores, exceto por decisão judicial (16/3/2026).

Fonte: elaboração própria, a partir de informações prestadas pelo INSS (peça 5, p. 5-6, e da peça 34, p. 4-5, 27-29).

I.3. Manifestação da Dataprev

26. A Dataprev informa que o sistema eConsignado, desenvolvido e mantido pela Dataprev, constitui a infraestrutura tecnológica responsável pelo processamento das consignações incidentes sobre benefícios previdenciários. E que é uma plataforma tecnológica moderna e robusta, desenvolvida segundo as melhores práticas de engenharia de *software*, segurança da informação e governança tecnológica aplicáveis à Administração Pública Federal (peça 22, p. 2).

27. Destaca que, entre 2023 e 2026, houve avanço significativo nos mecanismos de controle do sistema eConsignado, como a implementação da evolução de mecanismos de acompanhamento das operações pelo cidadão e o aperfeiçoamento das regras operacionais do sistema. E que, com a Lei 15.327, de 6/1/2026 (que veda descontos relativos a mensalidades associativas nos benefícios do INSS e estabelece mecanismos de restituição e proteção contra fraudes), novas evoluções estão sendo implementadas no sistema com o objetivo de ampliar os mecanismos de segurança e integridade das operações, através da confirmação de operações por meio do Meu INSS, utilizando autenticação via Gov.BR e agregando camada adicional de verificação do beneficiário (peça 22, p. 3).

28. Com relação aos controles no eConsignado questionados na diligência, informa que atualmente são implementados os seguintes controles:

Quadro 2 - Controles atualmente implementados no sistema eConsignado

Item da proposta de encaminhamento (peça 5, p. 5-6)	Controles atualmente implementados no sistema eConsignado (peça 22, p. 4-9):
e.1.1) ausência do contrato de crédito consignado ou da autorização da consignação pelo titular do benefício	O sistema mantém registro estruturado das operações averbadas e disponibiliza ao INSS mecanismos de acompanhamento por meio do Portal de Gestão do Consignado, ambiente que permite aos gestores do órgão identificarem eventuais pendências ou atrasos no envio da documentação pelas instituições financeiras.
e.1.2) consignações em nome de falecidos	O sistema realiza validações baseadas na situação cadastral do benefício constante nas bases corporativas do INSS, que é atualizada a partir das informações registradas no Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS) que, por sua vez, é alimentado, entre outras fontes, pelos registros de óbito provenientes dos cartórios de registro civil no Sistema de Identificação e Registro Civil (SIRC). O sistema eConsignado realiza mensalmente um batimento de dados com o Sistema CNIS e SIRC, e qualquer identificação de óbito que seja registrada após a averbação da

	<p>operação ou após a geração da folha de descontos, eventual repasse realizado às instituições financeiras é objeto de procedimento de glosa.</p>
<p>e.1.3) inconsistências diversas na qualidade ou na completude da documentação</p>	<p>O sistema realiza validações estruturais sobre os dados enviados pelas instituições financeiras no momento do registro das operações de crédito consignado, verificando a consistência dos campos obrigatórios e a integridade das informações necessárias ao processamento da averbação. Essas validações incluem, entre outros aspectos, a verificação da conformidade dos dados operacionais da consignação, tais como identificação do beneficiário, parâmetros da operação (valor, prazo, taxa e quantidade de parcelas), elegibilidade do benefício e demais regras operacionais definidas nos normativos aplicáveis ao crédito consignado. A documentação contratual, cuja coleta é de responsabilidade da instituição financeira, é alimentada no sistema eConsignado e, por meio do Portal de Gestão do Consignado, os gestores podem acompanhar as operações e verificar a documentação encaminhada pelas instituições consignatárias. Todas as documentações informadas pelas instituições financeiras são disponibilizadas para os beneficiários por meio do aplicativo Meu INSS, importante mecanismo de transparência ativa para garantia da lisura do processo de contratação e da documentação apresentada pelas instituições financeiras.</p>
<p>e.1.4) indicação de conta corrente para depósito do empréstimo distinta da conta de pagamento do benefício</p>	<p>No momento da averbação da operação, o sistema eConsignado verifica a compatibilidade entre os dados bancários informados para o depósito do valor contratado e aqueles constantes no cadastro do benefício administrado pelo INSS. Nos casos em que o beneficiário recebe o pagamento por meio de cartão magnético, contudo, a etapa relativa à liberação do crédito financeiro ao beneficiário constitui procedimento integrante da relação contratual estabelecida diretamente entre o segurado e a instituição financeira contratante, ocorrendo fora do ambiente sistêmico operado pela Dataprev. Não há fluxo de dados no sistema eConsignado que permita à Dataprev acompanhar, registrar ou validar a conta bancária efetivamente utilizada para o depósito dos valores contratados, tampouco verificar eventual divergência quanto à titularidade da conta de destino. Operações de crédito entre instituições financeiras e beneficiários possuem normas de sigilo do Sistema Financeiro Nacional (SFN) e, nos termos da legislação aplicável ao sistema financeiro, a verificação da titularidade da conta bancária é responsabilidade da instituição financeira. Não obstante, é perfeitamente possível a construção de funcionalidades que permitam aos órgãos responsáveis pela fiscalização do Sistema Financeiro analisar as operações de crédito que permitam comparar se os créditos tomados como empréstimo consignado foram efetivamente depositados na conta corrente do beneficiário.</p>
<p>e.1.5) inconsistências na validação biométrica</p>	<p>Nos termos definidos na Nota Técnica 65/2023 (que estabelece recomendações e requisitos técnicos para a coleta e encaminhamento das evidências mínimas para a contratação pelas instituições financeiras consignatárias), a captura da biometria e a validação da identidade do beneficiário ocorrem nos canais de contratação das instituições financeiras, que são responsáveis pela coleta da evidência biométrica e pela verificação da identidade do contratante no momento da formalização da operação. Essas evidências são alimentadas no sistema eConsignado, que atua como repositório e ambiente de registro das informações estruturadas da operação e da documentação associada, sendo tais evidências disponibilizadas ao órgão gestor para fins de acompanhamento e fiscalização administrativa, e ao próprio beneficiário, a partir do canal Meu INSS.</p>
<p>e.1.6) acréscimo de outros produtos diversos ao crédito consignado (p. ex., seguro prestamista)</p>	<p>O sistema possui algoritmo que realiza verificação da taxa de juros efetiva da operação, considerando, entre outros elementos: o valor da parcela informada, a data de início do contrato, a data de vencimento da primeira parcela e o valor efetivamente liberado ao beneficiário. Com base nesses parâmetros, o sistema calcula a taxa efetiva correspondente à</p>

	operação, e realiza comparação automática com a taxa de juros informada pela instituição financeira. Caso seja identificada divergência superior ao limite permitido pelos parâmetros regulamentares, a averbação da operação é automaticamente impedida, atuando como barreira preventiva de consistência, uma vez que eventuais acréscimos indevidos que impactem a composição financeira da operação (como valores adicionais embutidos na parcela) tendem a alterar a taxa de juros efetiva calculada, resultando em inconsistência detectável pelo sistema no momento da averbação.
e.1.7) consignações em nome de menores de idade sem autorização judicial	Nos termos da IN Pres/INSS 138/2022, a contratação de operações de crédito consignado pode ocorrer diretamente pelo titular do benefício ou, quando aplicável, por intermédio de representante legal devidamente constituído, nos casos em que o beneficiário seja civilmente incapaz. Assim, o marco regulatório do consignado prevê situações legais em que a contratação pode ocorrer por intermédio de representante legal do beneficiário, observadas as condições estabelecidas na regulamentação vigente. (*)

Fonte: elaboração própria, a partir de informações prestadas pela Dataprev (peça 22).

(*) Conforme tratado no TC 023.804/2025-4, diferentemente do que foi informado pela Dataprev, é atualmente vedada a realização de consignações em nome de menores de idade sem autorização judicial, por força de decisão liminar no Agravo de Instrumento 5013030-21.2025.4.03.0000 (Tribunal Regional Federal da 3ª Região - TRF3), referendada pelo acórdão de 9/12/2025.

29. No tocante à implementação de controles para identificação de inconsistências diversas na qualidade ou na completude da documentação (item “e.1.3” da diligência), a Dataprev ainda informa que, em decorrência de demanda oficial do INSS, está conduzindo estudos técnicos preliminares voltados à aplicação de algoritmos de Inteligência Artificial (IA) na análise e validação automatizada da documentação contratual de empréstimos consignados encaminhada pelas instituições financeiras no âmbito do sistema eConsignado. Os estudos em desenvolvimento contemplam, entre outros aspectos, a possibilidade de utilização de algoritmos de IA para (peça 22, p. 6):

- verificação de correspondência entre a biometria facial capturada no processo de contratação e a fotografia constante do documento oficial apresentado;
- análise de consistência entre os dados contratuais registrados no sistema e o conteúdo do documento contratual apresentado em formato digital, incluindo parâmetros como taxa de juros, número de parcelas, valores e demais condições da operação;
- validação de que a imagem biométrica capturada corresponde efetivamente a um rosto humano reconhecível, reduzindo riscos associados a tentativas de fraude;
- verificação automatizada de legibilidade e validade do documento oficial apresentado, identificando documentos incompletos ou com qualidade insuficiente para análise.

30. A Dataprev menciona que, desde o lançamento da plataforma eConsignado em 2006 até a presente data, não possui registro de incidentes de segurança da informação envolvendo vazamento de dados provenientes dessa plataforma que tenham comprometido a integridade das operações de crédito consignado. Acrescenta que mantém políticas de segurança da informação alinhadas às melhores práticas de governança tecnológica e à legislação vigente, incluindo os seguintes controles: controle de acesso por perfis, monitoramento de acessos, rastreabilidade de operações, auditoria de transações e proteção de dados em trânsito e em repouso (peça 22, p. 2, 11).

31. Por fim, a Dataprev afirma que: (i) o sistema eConsignado opera com base em regras de negócio e parâmetros operacionais definidos pelo INSS, órgão gestor responsável pela regulamentação e governança do crédito consignado no âmbito dos benefícios previdenciários; (ii) diversas melhorias têm sido implementadas no sistema para o fortalecimento dos controles operacionais e a ampliação dos mecanismos de segurança e transparência das operações de crédito, especialmente a partir de 2023, em decorrência de demandas encaminhadas pelo órgão gestor ou de processos de aprimoramento decorrentes de auditorias e recomendações de órgãos de controle; e (iii) não são vislumbradas grandes dificuldades do ponto de vista tecnológico para implementação de novos controles no eConsignado e, uma vez estabelecidos os novos modelos e controle e formalizada a demanda para a Dataprev, as melhorias serão incluídas no plano de evolução funcional do sistema eConsignado (peça 22, p. 1-2, 9-11).

I.4. Manifestação da CGU

32. A CGU informa que a auditoria relacionada aos empréstimos consignados (Auditoria 1752268) se encontra em andamento, em fase de elaboração do relatório preliminar de auditoria, de modo que ainda não há relatório que possa ser encaminhado. E que, por esse motivo, ainda não há consolidação dos resultados das análises realizadas ou registros estruturados de resultados comparativos dos diferentes tipos de empréstimos consignados. No entanto, resultados de entrevistas realizadas nas 27 Unidades da Federação com beneficiários que possuem crédito consignado em sua folha de pagamentos do INSS (SA 1752268/16) sinalizam maior dificuldade de implementação de controles voltados ao acompanhamento das consignações efetuadas por meio de cartões - cartão de crédito consignado e cartão consignado de benefícios (peça 37).

33. A CGU ainda encaminha *links* para acesso às notas de auditoria e a outros papéis de trabalho relativos à referida fiscalização (peça 36).

I.5. Análise

34. O INSS traz aos autos ponderação relevante sobre a magnitude e a relevância de suas atividades finalísticas, relacionadas precipuamente ao reconhecimento de direito aos benefícios previdenciários e assistenciais e ao atendimento ao cidadão, o que gera a necessidade de priorização dessas atividades finalísticas em um contexto de limitações diversas de recursos humanos e operacionais.

35. Entende-se que esse contexto de severa limitação de recursos no INSS aumenta a relevância da implementação de controles prévios automatizados para a prevenção de irregularidades relacionadas aos descontos consignados no INSS.

36. Embora a Dataprev tenha informado que controles têm sido continuamente implementados no eConsignado, especialmente a partir de 2023, é possível concluir que há grande potencial de aprimoramento dos controles citados no Quadro 2 desta instrução por meio de travas automatizadas no sistema, tendo em vista esse sistema, nos moldes atuais, funcionar predominantemente como repositório de informações alimentadas pelas instituições financeiras. Ou seja, o controle atual depende em grande magnitude do acesso a esses documentos pelos servidores do INSS, o que torna a fiscalização pouco eficiente no contexto atual de somente quatro servidores exclusivamente dedicados para fiscalizar os 65,35 milhões de contratos vigentes.

37. Além disso, o sistema não bloqueia previamente a averbação de descontos quando não há o encaminhamento de documentos básicos pelas instituições financeiras, a exemplo do contrato da operação de crédito, de modo que o INSS atualmente averba descontos nos benefícios sem dispor da documentação mínima necessária para fiscalização da regularidade dessas contratações.

38. A Dataprev afirma que os controles são implementados a partir de demandas oficiais do INSS ou em decorrência de recomendações de diversos órgãos de controle. Verifica-se, por sua vez, que atualmente existem oito demandas abertas pelo INSS junto à Dataprev para a implementação de melhorias no sistema eConsignado, tendo sido seis delas abertas após a instrução preliminar destes autos (conforme detalhado no Quadro 1 desta instrução).

39. É oportuno vislumbrar que pode haver conflito de interesses por parte do INSS e da Dataprev para implementação célere desses controles no eConsignado, tendo em vista o volume expressivo de pagamentos efetuados pelas instituições financeiras em decorrência dos descontos consignados, conforme se expõe a seguir.

40. Nas últimas demonstrações contábeis e notas explicativas do INSS, consta que foi apurado um total de custo do consignado na ordem de R\$ 601,96 milhões referentes ao período de 2014 a 2022. Desse total, foram recebidos R\$ 153,34 milhões das instituições financeiras, restando crédito a receber de quase R\$ 449 milhões (peça 40 p. 95-96).

41. O Relatório de Administração 2025 da Dataprev (ano-base 2024), por sua vez, informa que o faturamento da empresa junto às instituições financeiras apresentou crescimento de R\$ 125,3 milhões em 2024, representando 67% das entradas de caixa da empresa no mesmo ano (peça 41, p. 9, 18). Além disso, os valores a receber pela Dataprev de instituições financeiras no último ano apresentou crescimento contínuo, conforme detalha o quadro abaixo:

Quadro 3 – Valores a receber de instituições financeiras pela Dataprev

	Dezembro/2024	Março/2025	Junho/2025	Setembro/2025
Valores a receber de instituições financeiras (em milhares de reais)	122.356	132.073	137.637	146.259

Fonte: elaboração própria, a partir de dados constantes das peças 42 (p. 9, 13), 43 (p. 9, 13), 44 (p. 9, 13) e 45 (p. 9, 12).

42. Assim, esse possível conflito de interesses para a implementação de controles que retardem ou dificultem a averbação de crédito consignado reforça a necessidade de acompanhamento, por este Tribunal, da efetiva implementação das demandas citadas no Quadro 1 desta instrução.

43. Adicionalmente, cabe destacar que as manifestações nos autos permitem concluir que a fiscalização das consignações nas modalidades cartão de crédito consignado e cartão consignado de benefício apresenta maiores limitações estruturais em razão das restrições em a autarquia acessar detalhes protegidos por sigilo bancário, tais como a evolução do saldo devedor ou as condições financeiras da operação.

44. Relevante destacar alguns resultados de entrevistas realizadas pela CGU, entre novembro/2025 e janeiro/2026, com 911 beneficiários que possuíam um total de 1.476 contratos nas modalidades cartão de crédito consignado e cartão consignado de benefícios (SA 1752268/16):

- a) 36% das contratações não foram reconhecidas pelos beneficiários;
- b) os beneficiários desconheciam sobre os descontos mensais em 34% dos contratos;
- c) os beneficiários afirmaram que não haviam solicitado o cartão em 25% dos contratos;
- d) 64% dos cartões que vinham gerando descontos em benefícios não teriam sido utilizados pelos beneficiários;
- e) em 33% das contratações, os beneficiários afirmaram não ter recebido a via física do cartão (exigência do inciso II do art. 16 da IN Pres/INSS 138/2022);
- f) em 78% das contratações, os beneficiários afirmaram não receber as faturas dos cartões;
- g) em 85% das contratações, os beneficiários afirmaram desconhecer a existência de benefícios atrelados aos cartões; e
- h) em 36% das contratações, os beneficiários afirmaram não terem recebido o valor do saque.

45. A partir dos resultados das entrevistas, a CGU concluiu haver risco de ocorrência de práticas lesivas junto a parcela relevante dos beneficiários do INSS que possuem cartões consignados.

46. A fiscalização da CGU identificou, ainda, problemas como a ocorrência averbações de empréstimo pessoal consignado: (i) sem envio da documentação contratual exigida ou sem comprovação da autorização da consignação; (ii) de mais de uma operação de empréstimo pessoal utilizando a mesma biometria; (iii) com indicação de conta corrente para depósito não correspondente à conta de pagamento do benefício; e (iv) com cobrança indevida de seguro prestamista e taxa administrativa.

47. Diante de todo o exposto, entende-se que, mesmo que novos controles sejam implementados no eConsignado, ainda haverá limitações severas ao controle dos descontos nas modalidades cartão de crédito consignado e cartão consignado de benefício.

48. Desse modo, considera-se estar configurado o pressuposto da fumaça do bom direito em maior magnitude nas modalidades cartão de crédito consignado e cartão consignado de benefício, em comparação com a modalidade empréstimo consignado.

49. É oportuno mencionar, ainda, que o Superior Tribunal de Justiça (STJ) está atualmente apreciando matéria sobre os cartões consignados no âmbito do Tema 1414 dos recursos repetitivos, em que será apreciada a definição de parâmetros objetivos para a aferição da validade e eventual caráter abusivo dos contratos de cartão de crédito consignado (https://processo.stj.jus.br/repetitivos/temas_repetitivos/pesquisa.jsp?novaConsulta=true&tipo_pesquisa=T&sg_classe=REsp&num_processo_classe=2215853, acesso em 9/4/2026).

II. Análise quanto à presença dos pressupostos do perigo da demora e do perigo da demora reverso

II.1. Histórico

50. Na instrução inicial, a unidade técnica entendeu estar presente o pressuposto do perigo da demora, pois, caso as medidas preventivas e corretivas atualmente adotadas pelos gestores fossem insuficientes para minimizar a ocorrência de novas irregularidades, os descontos indevidos em larga escala poderiam permanecer em prejuízo dos beneficiários (peça 5, p. 4).

51. Além disso, a unidade técnica entendeu haver, em certa medida, o perigo da demora reverso, tendo em vista que a suspensão do crédito consignado nas suas três modalidades impossibilitaria, durante toda a vigência de uma eventual medida cautelar, o acesso a crédito a taxas menores por um público vulnerável, ou até impediria a contratação de qualquer crédito por essa população, já que grande parte dos beneficiários do INSS possui renda próxima a um salário mínimo, o que restringiria bastante o acesso dessa população aos empréstimos tradicionais ofertados pelas instituições financeiras (peça 5, p. 4).

52. A unidade técnica ainda ponderou o possível alto impacto na economia decorrente da eventual suspensão da liberação de recursos decorrentes de crédito consignado. Isso porque os descontos mensais de empréstimo consignado em benefícios atualmente somam mais de R\$ 9 bilhões por mês, conforme consta da página 15 da edição de fevereiro de 2026 do Portal da Transparência Previdenciária (<https://www.gov.br/inss/pt-br/portal-de-transparencia>, acesso em 9/4/2026).

II.2. Análise

53. Em suas manifestações, o INSS e a Dataprev não apresentaram considerações especificamente com relação aos pressupostos do perigo da demora e do perigo da demora reverso.

54. Mantém-se o entendimento exposto na instrução anterior de que o perigo da demora está presente, tendo em vista que, caso permaneça a atual insuficiência dos controles internos relacionados ao crédito consignado, pode-se perpetuar a ocorrência de descontos indevidos em larga escala em prejuízo dos beneficiários. Assim, dadas as limitações de recursos humanos e operacionais que enfrenta o INSS, há urgência na implementação de controles automatizados para detecção e bloqueio prévio de irregularidades relacionadas às operações de crédito consignado.

55. No tocante ao perigo da demora reverso, também permanece o entendimento exposto na instrução anterior de que uma eventual suspensão do crédito consignado em suas três modalidades acarretaria danos especialmente à população mais vulnerável, que teria restrição de acesso a crédito a taxas de juros menores ou, inclusive, restrição total de acesso ao crédito que é tradicionalmente ofertado no mercado pelas instituições financeiras, em razão de seus baixos rendimentos mensais.

56. Além disso, vislumbra-se impacto negativo na economia em razão de uma medida cautelar abarcando as três modalidades de crédito consignado, tendo em vista o elevado volume de recursos mensalmente liberados na economia em decorrência dessas consignações.

57. Por outro lado, considera-se que, caso a medida cautelar alcance somente as modalidades cartão de crédito consignado e cartão consignado de benefício, esse perigo da demora reverso é expressivamente minimizado, tendo em vista que os beneficiários do INSS interessados na contratação de crédito consignado ainda terão acesso à modalidade empréstimo consignado, havendo, meramente, bloqueio das parcelas da margem consignável atualmente atribuídas a cartão de crédito consignado e a cartão consignado de benefício, conforme previsão legal transcrita abaixo:

Lei 10.820, de 17/12/2003

Art. 6º Os titulares de benefícios de aposentadoria e pensão do Regime Geral de Previdência Social e do benefício de prestação continuada de que trata o art. 20 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, poderão autorizar que o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) proceda aos descontos referidos no art. 1º desta Lei e, de forma irrevogável e irretroatável, que a instituição financeira na qual recebam os seus benefícios retenha, para fins de amortização, valores referentes ao pagamento mensal de empréstimos, financiamentos, cartões de crédito e operações de arrendamento mercantil por ela concedidos, quando previstos em contrato, na forma estabelecida em regulamento, observadas as normas editadas pelo INSS e ouvido o Conselho Nacional de Previdência Social. (Redação dada pela Lei nº 14.431, de 2022)

(...)

§ 5º Para os titulares de benefícios de aposentadoria e pensão do Regime Geral de Previdência Social, os descontos e as retenções referidos no **caput** deste artigo não poderão ultrapassar o limite de 45% (quarenta e cinco por cento) do valor dos benefícios, dos quais 35% (trinta e cinco por cento) destinados exclusivamente a empréstimos, a financiamentos e a arrendamentos mercantis, 5% (cinco por cento) destinados exclusivamente à amortização de despesas contraídas por meio de cartão de crédito consignado ou à utilização com a finalidade de saque por meio de cartão de crédito consignado e 5% (cinco por cento) destinados exclusivamente à amortização de despesas contraídas por meio de cartão consignado de benefício ou à utilização com a finalidade de saque por meio de cartão consignado de benefício. (Redação dada pela Lei nº 14.601, de 2023)

§ 5º-A Para os titulares do benefício de prestação continuada de que trata o art. 20 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (Lei Orgânica da Assistência Social), os descontos e as retenções referidos no **caput** deste artigo não poderão ultrapassar o limite de 35% (trinta e cinco por cento) do valor dos benefícios, dos quais 30% (trinta por cento) destinados exclusivamente a empréstimos, a financiamentos e a arrendamentos mercantis e 5% (cinco por cento) destinados exclusivamente à amortização de despesas contraídas por meio de cartão de crédito consignado ou cartão consignado de benefício ou à utilização com a finalidade de saque por meio de cartão de crédito consignado ou cartão consignado de benefício. (Redação dada pela Lei nº 14.601, de 2023)

58. Ou seja, o perigo da demora reverso é bastante minimizado caso a medida cautelar seja deferida somente para as modalidades cartão de crédito consignado e cartão consignado de benefício, tendo em vista que os aposentados e pensionistas do INSS estarão impedidos de novas averbações que representam apenas 10% dos 45% de sua margem consignável, e os titulares do Benefício de Prestação Continuada estarão impedidos de novas averbações que representam somente 5% dos 35% de sua margem consignável.

59. Da mesma forma, o eventual impacto negativo na economia também será bastante minimizado, já que os percentuais destinados ao empréstimo pessoal consignado permanecerão inalterados.

III. Avaliação quanto aos principais pedidos do representante

60. Transcrevem-se, abaixo, os principais pedidos do representante:

a) adotar medida cautelar, fazendo-se presentes, no caso ora em consideração, o *fumus boni iuris* e o *periculum in mora*, determinando ao INSS e às instituições financeiras conveniadas a suspensão temporária da concessão de novos empréstimos consignados aos beneficiários do sistema previdenciário, até que sejam esclarecidas as irregularidades apontadas e implementadas medidas efetivas para garantir a segurança e a transparência dessas operações;

b) apurar os indícios de vazamento de dados sigilosos de aposentados e pensionistas do INSS, bem como as práticas abusivas e fraudulentas relacionadas aos empréstimos consignados;

61. Com relação ao pedido para apuração de vazamento de dados sigilosos de aposentados e pensionistas do INSS (item “b” acima), cabe mencionar recente deliberação do TCU sobre auditoria operacional, realizada pela Unidade de Auditoria Especializada em Tecnologia da Informação (AudTI), que avaliou a maturidade em governança de dados em cinco órgãos e entidades da administração pública federal, incluindo o INSS (TC 018.269/2024-9).

62. Essa auditoria classificou o nível de maturidade em governança de dados no INSS como “Iniciando”, e destacou que isso pode comprometer o cumprimento de sua missão institucional. A fiscalização resultou na seguinte recomendação ao INSS, por meio do Acórdão 457/2026-TCU-Plenário, de 4/3/2026 (de relatoria do Ministro Augusto Nardes):

9.1. recomendar, com fundamento no art. 11 da Resolução TCU 315/2020, aos órgãos a seguir enumerados que, levando em consideração as boas práticas contidas no framework DAMA DMBOK2, desenvolva ou revise seu programa de dados, alinhado aos seus objetivos de negócio e estratégicos, com a finalidade de orientar os esforços em governança e gestão de dados, contemplando avaliação e mecanismos de tratamento de riscos decorrentes das fragilidades identificadas na auditoria, em especial as listadas abaixo:

(...)

9.1.5. Instituto Nacional do Seguro Social (INSS):

9.1.5.1. inexistência de política de governança de dados;

9.1.5.2. implementação insuficiente de normas e diretrizes para gestão de dados;

- 9.1.5.3. inexistência de comitê ou conselho de governança de dados;
- 9.1.5.4. indefinição de papéis e responsabilidades para governança de dados;
- 9.1.5.5. inexistência de unidade/escritório de governança de dados institucionalizado separadamente da área de TI;
- 9.1.5.6. realização limitada de ações de capacitação ou treinamento em governança de dados;
- 9.1.5.7. não realização de ações para fomentar a cultura de dados;
- 9.1.5.8. catálogo de dados limitado;
- 9.1.5.9. glossário limitado de termos do negócio;
- 9.1.5.10. informações limitadas sobre metadados;
- 9.1.5.11. existência limitada de métricas e indicadores para monitorar e avaliar a qualidade de dados;
- 9.1.5.12. existência de poucos procedimentos para tratar problemas de qualidade de dados;
- 9.1.5.13. adoção de poucos padrões e protocolos para facilitar a integração e interoperabilidade de dados;
- 9.1.5.14. utilização de poucas ferramentas ou plataformas que suportam a integração de dados de diferentes fontes;
- 9.1.5.15. solução centralizada limitada para armazenar e gerenciar dados de diferentes fontes;
- 9.1.5.16. processo limitado de gestão de maturidade em governança de dados;
- 9.1.5.17. lacunas na conformidade com as leis e regulamentações aplicáveis à proteção de dados;
- 9.1.5.18. não realização de auditoria e monitoramentos para garantir o cumprimento de políticas de governança de dados e requisitos legais;
- 9.1.5.19. processo limitado para gestão de incidentes de governança de dados;

63. Também é oportuno mencionar a auditoria objeto do TC 024.569/2024-0, que teve por objetivo avaliar medidas no INSS no contexto de segurança da informação. O relatório de fiscalização foi apreciado em março deste ano, por meio do Acórdão 685/2026-TCU-Plenário (Relator: Ministro Bruno Dantas).

64. Entende-se que as auditorias citadas acima atendem ao pleito do representante no que tange ao vazamento de dados sigilosos no INSS, tendo em vista que os recentes acórdãos do TCU, que serão oportunamente monitorados, ensejarão a adoção de medidas estruturantes importantes para prevenção de vazamento de dados pessoais de beneficiários do INSS.

65. No tocante à solicitação para apuração de práticas abusivas referentes ao crédito consignado (item “a” acima), entende-se estarem presentes os pressupostos da fumaça do bom direito e do perigo na demora. No entanto, por se vislumbrar, em certa medida, a presença do perigo da demora reverso, propõe-se **deferir parcialmente o pedido de cautelar** para que a suspensão de novas averbações de crédito consignado pelo INSS alcance somente as modalidades cartão de crédito consignado e cartão consignado de benefício, por ser o controle pelo INSS e pela Dataprev com relação a tais modalidades de crédito consignado bastante limitado em razão do sigilo bancário.

66. Complementarmente, propõe-se que este Tribunal acompanhe, em trinta dias, as medidas adotadas para a efetiva implementação no sistema eConsignado das demandas do INSS constantes do Quadro 1 desta instrução, sem prejuízo de eventuais ajustes técnicos nessas demandas que se façam necessários.

67. Por fim, para o adequado exame de mérito destes autos, entende-se necessária a realização de **diligência** ao INSS, à Dataprev e ao Bacen, para que se manifestem sobre possíveis alternativas para o efetivo controle das consignações nas modalidades cartão de crédito consignado e cartão consignado de benefícios, conforme se detalha na proposta de encaminhamento.

PROCESSOS CONEXOS

NÚMERO DO TC	DESCRIÇÃO SUMÁRIA	ESTADO ATUAL	SITUAÇÃO ATUAL
023.804/2025-4	Representação acerca de concessão de crédito consignado em nome de menores absolutamente incapazes	Aberto	Aguardando providências

024.015/2025-3	Representação acerca da criação, regulamentação e perpetuação do crédito consignado, com especial atenção à modalidade de cartão de crédito consignado	Aberto	Aguardando pronunciamento do gabinete de ministro
018.269/2024-9	Auditoria operacional com o objetivo de avaliar a maturidade em governança de dados em cinco organizações públicas do Poder Executivo Federal, incluindo o INSS	Aberto	Aguardando providências (Acórdão 457/2026-TCU-Plenário, Relator: Ministro Augusto Nardes)
024.569/2024-0	Auditoria para avaliar medidas do INSS no contexto de segurança da informação	Aberto	Em comunicação (Acórdão 685/2026-TCU-Plenário, Relator: Ministro Bruno Dantas)

CONCLUSÃO

68. Em face do exame técnico efetuado nesta instrução, propõe-se deferir parcialmente o pedido de medida cautelar, na forma constante da proposta de encaminhamento desta instrução, uma vez que estão presentes os pressupostos do perigo da demora e da fumaça do bom direito, essenciais para sua concessão, mas resta caracterizado, em certa medida, o perigo da demora reverso (itens 65-66).

69. Adicionalmente, propõe-se a realização de diligência ao Bacen, ao INSS e à Dataprev, para a obtenção de elementos essenciais para o exame de mérito destes autos (item 67).

PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO

70. Ante todo o exposto, submetem-se os autos à consideração superior, propondo:

a) deferir parcialmente o pedido de concessão de medida cautelar, com fulcro no art. 276 do Regimento Interno/TCU, tendo em vista a existência dos elementos necessários para sua adoção parcial, a fim de que:

a.1) o Instituto Nacional do Seguro Social suspenda novas averbações de crédito consignado nas modalidades “cartão de crédito consignado” e “cartão consignado de benefício” até a deliberação definitiva deste Tribunal;

a.2) o Instituto Nacional do Seguro Social e a Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social, em conjunto, em trinta dias, informem as medidas até então adotadas para a efetiva implementação das demandas DM.206791, DM.208207, DM.209361, DM.209362, DM.209363, DM.209364, DM.209365 e DM.209366, sem prejuízo de eventuais ajustes técnicos nessas demandas que se façam necessários;

b) diligenciar o Instituto Nacional do Seguro Social, a Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social e o Banco Central do Brasil, com fundamento nos artigos 157 e 187 do Regimento Interno deste Tribunal, para que, tendo em vista o sigilo bancário característico das modalidades cartão de crédito consignado e cartão consignado de benefício, que praticamente impossibilita o efetivo controle, pelo INSS, da regularidade dos descontos consignados nessas duas modalidades, informem, no prazo de **trinta dias**:

b.1) alternativas que entendam mais adequadas para resolução dessa questão, a exemplo de:

b.1.1) quebra excepcional do sigilo bancário para acesso, pelo INSS, das informações necessárias à efetiva fiscalização dessas consignações;

b.1.2) mudança da competência de fiscalização dessas consignações para o Bacen, que originalmente possui a atribuição legal de fiscalizar as instituições financeiras, ou para outro órgão/entidade federal;

b.1.3) medidas para passar a exigir manifestação prévia do beneficiário, por meio do aplicativo Meu INSS, sobre os termos das contratações;

- b.1.4) extinção dessas duas modalidades de crédito consignado, em razão da:
 - b.1.4.1) inviabilidade ou ausência de custo-benefício em efetivamente fiscalizar a regularidade dessas operações, de modo que a permanência dessas modalidades afronta os princípios constitucionais da moralidade e da eficiência administrativa;
 - b.1.4.2) natureza de crédito rotativo dessas duas modalidades, o que pode induzir mais facilmente os beneficiários do INSS ao superendividamento, em comparação com a modalidade empréstimo consignado;
- b.2) outras opções que entendam viáveis e demais informações que julgarem necessárias;
- c) **encaminhar** cópia da presente instrução ao Instituto Nacional do Seguro Social, à Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social e ao Banco Central do Brasil, de maneira a embasar as respostas às diligências; e
- d) **comunicar** ao representante a decisão que vier a ser prolatada.”

É o relatório.

VOTO

Inicialmente, registro que atuo nos presentes autos em virtude da aposentadoria do Ministro Aroldo Cedraz de Oliveira, de acordo com a Portaria-TCU nº 11-SEAE, de 20/3/2026.

2. Cuidam os autos de representação formulada pelo Ministério Público junto ao TCU (MPTCU), por meio de seu Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado, acerca de supostas irregularidades relacionadas ao vazamento de dados sigilosos de aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e a práticas abusivas e fraudulentas em empréstimos consignados (peça 1).

3. O presente processo foi autuado e inicialmente submetido ao eminente Ministro Antônio Anastasia, relator primeiramente sorteado, para exame de admissibilidade, realizado mediante o despacho à peça 8, o qual também autorizou a realização de medidas saneadoras propostas pela unidade técnica e ordenou o subsequente apensamento do feito ao TC 016.470/2024-9 (relatado originalmente pelo Ministro Aroldo Cedraz), que trata de monitoramento com objeto conexo.

4. No decorrer da instrução, contudo, a unidade técnica identificou conexão mais estreita com o TC 023.804/2025-4, o que motivou a redistribuição do feito, por prevenção, a esta Relatoria, em virtude desse processo, conforme acolhido no despacho à peça 33.

5. A representação fundamenta-se em graves indícios de práticas abusivas e fraudulentas em empréstimos consignados, impulsionadas pelo vazamento de dados sigilosos de aposentados e pensionistas do INSS.

6. As principais irregularidades apontadas incluem, além do acesso ilegal e recorrente aos dados de aposentados, a realização de práticas irregulares como contratos pós-óbito, fraude no consignado e cobrança de taxa abusiva.

7. Derradeiramente, o representante requereu, cautelarmente, a suspensão total de novos empréstimos.

8. Nesta etapa processual, o processo foi remetido ao meu gabinete, após a realização de oitivas prévias e diligências ao INSS, à Dataprev e à Controladoria-Geral da União (CGU) para colher subsídios acerca da fragilidade dos controles internos e dos sistemas de tecnologia da informação.

9. Após análise das informações colhidas, a unidade técnica propõe a concessão parcial da cautelar solicitada para que o INSS suspenda novas averbações de crédito consignado nas modalidades “cartão de crédito consignado” e “cartão consignado de benefício” até a deliberação definitiva deste Tribunal, bem como diligências àquele instituto, à Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social e ao Banco Central do Brasil.

10. Por oportuno, é importante rememorar que atualmente existem 3 modalidades de consignação de empréstimos em benefícios previdenciários operadas pelo INSS: cartão de crédito consignado, cartão consignado em benefício e empréstimo pessoal consignado.

11. No que tange às modalidades de cartão de crédito consignado e cartão consignado de benefício, o INSS esclarece que tais operações fundamentam-se em uma estrutura de crédito rotativo. Diferentemente de contratos tradicionais, estas modalidades não possuem um cronograma fixo de amortização, caracterizando-se como uma relação creditícia dinâmica e contínua, na qual o valor efetivamente utilizado pelo beneficiário e o saldo devedor variam conforme o uso do limite disponível.

12. Em razão dessa natureza rotativa, a autarquia aponta que sua fiscalização é limitada, pois o sistema gerido pelo INSS registra apenas a autorização do desconto e o comprometimento da margem consignável. Conseqüentemente, o órgão informa que não possui visibilidade sobre a composição detalhada das faturas, a evolução dos encargos financeiros ou a confirmação de que os valores foram

efetivamente disponibilizados ao segurado, limitando-se ao controle da regularidade formal da averbação.

13. Por outro lado, o empréstimo pessoal consignado é descrito como uma operação de crédito com valor previamente definido, prazo determinado e parcelas fixas. Embora essa modalidade possua uma estrutura mais previsível, o INSS ressalta que a fiscalização integral é dificultada por barreiras estruturais, como o volume massivo de milhões de operações ativas e a redução do quadro de servidores, que obriga a administração a priorizar a concessão de benefícios em detrimento do acompanhamento detalhado de contratos bancários.

14. Por fim, a autarquia destaca que a contratação dessas operações ocorre fora de seu ambiente administrativo, diretamente entre o segurado e a instituição financeira, tratando-se de relações contratuais de natureza privada que fogem à sua competência institucional. Atualmente, o sistema é operacionalizado por meio de 57 Acordos de Cooperação Técnica (ACT) vigentes, que habilitam instituições financeiras a oferecer as três modalidades de crédito aos beneficiários da Previdência Social.

15. No exame das manifestações e dos elementos probatórios coligidos, a unidade técnica consignou que o atual modelo de fiscalização das consignações em benefícios previdenciários sofre de fragilidades estruturais acentuadas, exacerbadas pela desproporcionalidade entre a magnitude do sistema e a capacidade operacional da autarquia. A Unidade de Auditoria Especializada em Previdência, Assistência e Trabalho (AudBenefícios) destacou que a Diretoria de Benefícios do INSS dispõe de apenas quatro servidores para a supervisão de um universo de 65,35 milhões de contratos, o que torna a fiscalização humana meramente residual e ineficaz frente ao volume de operações.

16. Para que se tenha a exata dimensão da precariedade relatada, a atual estrutura impõe a cada um dos quatro servidores a responsabilidade hercúlea por fiscalizar mais de 16 milhões de contratos. Tal desproporção desnatura o conceito de controle administrativo, transmutando-o em uma “fiscalização de fachada”, que, por ser fisicamente impossível, equivale à própria inexistência de tutela estatal sobre o patrimônio dos segurados.

17. Nesse contexto, a instrução técnica evidenciou que o sistema *eConsignado*, operado pela Dataprev, atua predominantemente como um repositório passivo de informações alimentadas pelas instituições consignatárias, carecendo de mecanismos de controle preventivo e travas automatizadas que condicionem a averbação do desconto à validação da regularidade contratual. A ausência de conferência automática de documentos essenciais, como o instrumento contratual e a validação biométrica efetiva, permite que averbações ocorram mesmo em casos de identificação prejudicada ou ausência de autorização do titular. Adicionalmente, a unidade técnica apontou um potencial conflito de interesses na celeridade da implementação desses controles, uma vez que o faturamento da Dataprev é significativamente composto por receitas provenientes das próprias instituições financeiras, atingindo 67% de suas entradas de caixa em 2024.

18. Quanto às modalidades específicas de crédito, a análise técnica demonstrou uma assimetria de informações crítica nas modalidades de cartão de crédito consignado e cartão consignado de benefício. Em razão da natureza rotativa desses créditos e da proteção conferida pelo sigilo bancário, o INSS não possui visibilidade sobre a evolução do saldo devedor, a composição das faturas ou a efetiva disponibilização do limite ao segurado, limitando-se ao controle da margem consignável. Tal opacidade é corroborada pelos achados da CGU, que indicam que 36% das contratações nestas modalidades não são reconhecidas pelos beneficiários e 78% dos usuários sequer recebem as faturas correspondentes. Diante da insuficiência dos controles internos para mitigar práticas abusivas e fraudes em larga escala, exemplificadas pelos prejuízos de R\$ 6,5 bilhões identificados na Operação Sem Desconto, a unidade técnica concluiu pela imperatividade de uma intervenção cautelar que segregue as modalidades de maior risco, visando interromper o ciclo de danos ao patrimônio dos segurados enquanto se aperfeiçoam os mecanismos sistêmicos de detecção e bloqueio de irregularidades.

19. Reforça a plausibilidade jurídica o fato de que o INSS e a Dataprev, na condição de controladores de dados sensíveis, possuem o dever legal de segurança e sigilo estipulado pela Lei Geral de Proteção de Dados (Lei 13.709/2018). A prevenção do vazamento de informações não é apenas uma necessidade técnica, mas visa cumprir os deveres estabelecidos nos arts. 6º, VII, e 46 da referida Lei, que ao fim, são imperiosos para a prevenção de eventuais fraudes na autorização de consignação dos benefícios.

20. De fato, a plausibilidade jurídica resta demonstrada pelos resultados da Operação Sem Desconto, que estimou danos de R\$ 6,5 bilhões em descontos indevidos. A confirmação de que o sistema *eConsignado* permite a averbação de descontos sem a documentação mínima necessária e a incapacidade operacional do INSS em fiscalizar o volume massivo de contratos configura afronta aos princípios da legalidade e da eficiência administrativa. A fumaça do bom direito é especialmente densa nas modalidades de cartão de crédito e cartão de benefício, onde a opacidade das operações é maior.

21. Porém, também na modalidade de “empréstimo pessoal consignado”, percebo que as fragilidades representadas apresentam plausibilidade jurídica, dada a informação de que fiscalização em curso na Controladoria-Geral da União identificou a realização de empréstimo pessoal consignado “sem envio da documentação contratual exigida ou sem comprovação da autorização da consignação; (ii) de mais de uma operação de empréstimo pessoal utilizando a mesma biometria; (iii) com indicação de conta corrente para depósito não correspondente à conta de pagamento do benefício; e (iv) com cobrança indevida de seguro prestamista e taxa administrativa.”.

22. O perigo da demora também resta caracterizado, pois a manutenção do *status quo* permite que milhares de cidadãos vulneráveis continuem sendo, diariamente, vítimas de fraudes, passando à condição de endividamento excessivo. O volume de consignados alcança R\$ 9 bilhões por mês, e cada dia de atraso na implementação de controles automatizados representa novos danos irreparáveis ao patrimônio alimentar dos segurados do INSS, que incluem pessoas com vulnerabilidade média acima da média, como idosos e pessoas com deficiência.

23. Por outro lado, há que se ponderar o risco de uma suspensão total do crédito consignado, o que privaria a população de baixa renda do acesso à modalidade de crédito mais barata do mercado, empurrando-os para juros bancários tradicionais substancialmente superiores.

24. Nesse contexto, a unidade técnica propõe a suspensão apenas das modalidades de cartão, que representam apenas 10% da margem consignável (5% para cada tipo de cartão). Isso, na visão da unidade, mantém o acesso ao empréstimo pessoal (35% da margem), minimizando o impacto econômico e protegendo o núcleo mais crítico de fraudes.

25. No entanto, penso que, com as informações trazidas aos autos, e até que haja informações concretas sobre o alcance das potenciais fragilidades no processo de consignação, devem ser adotadas cautelas adicionais a fim de mitigar ao máximo o risco de que as consignações efetuadas sejam eivadas de vícios.

26. Nesse ponto, observo que foram cadastradas no sistema *Clarity* demandas à Dataprev de controles internos no sistema *eConsignado*, que atendem as preocupações refletidas por meio dos itens diligenciados com base na instrução à peça 5, conforme despacho do Ministro Antônio Anastasia à peça 8.

27. As demandas de segurança abertas pelo INSS junto à Dataprev visam instituir um controle preventivo e automatizado no sistema *eConsignado*, substituindo a atual fiscalização precária por travas sistêmicas mais rígidas e automatizadas. Entre as medidas principais, destacam-se a validação de contratos via Inteligência Artificial e o bloqueio automático de descontos sem a devida documentação, impedindo a averbação de empréstimos em nome de segurados falecidos ou de menores de idade sem autorização judicial. Essas travas são fundamentais para garantir que a margem consignável só seja utilizada mediante a comprovação inequívoca da vontade do titular.

28. Além da validação documental, os controles requisitados focam na integridade do fluxo financeiro e na identificação biométrica. As demandas buscam impedir que o crédito seja depositado em contas correntes diferentes daquelas em que o beneficiário recebe seu pagamento, dificultando desvios de valores por terceiros. Paralelamente, o incremento da segurança biométrica visa barrar contratos com identificação prejudicada, assegurando que o processo de contratação ocorra com níveis de autenticação robustos e auditáveis, mitigando o risco de fraudes de identidade.
29. A importância dessas medidas reside na proteção do beneficiário contra o superendividamento e a “venda casada”. As travas sistêmicas devem impedir o acréscimo de produtos não autorizados, como o seguro prestamista, que frequentemente é embutido nos contratos de forma indevida. Ao centralizar esses controles na plataforma da Dataprev, o INSS busca sanar sua incapacidade operacional de fiscalizar milhões de contratos individuais, garantindo que o sistema rejeite, na origem, qualquer operação que não atenda estritamente aos requisitos normativos e de segurança.
30. Ressalta-se, que mesmo nesse cenário de precariedade, o INSS, em março deste ano, suspendeu novas averbações de crédito consignado do banco C6, em virtude de auditoria realizada pela Controladoria-Geral da União (CGU), que identificou pelo menos 320 mil contratos com indícios de cobrança de custos adicionais, referentes a seguros e pacotes de serviços, resultando em redução do valor líquido efetivamente disponibilizado aos beneficiários. Tal conduta foi considerada de elevada gravidade, levando o INSS a pleitear a devolução de R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais), em face dessas irregularidades (ver <https://www.gov.br/inss/pt-br/assuntos/inss-suspende-novos-creditos-consignados-do-banco-c6> e <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2026/03/17/inss-suspende-emprestimos-consignados-do-c6-e-cobra-devolucao-de-r-300-mi.ghtm>, acessados em 24/4/2026).
31. Ademais, percebo a existência de decisões judiciais que apontam para a responsabilidade do INSS em caso de fraudes em empréstimos consignados nos benefícios pagos, motivadas, essencialmente, pela fragilidade da fiscalização adotada nesses casos, o que demonstra a existência de risco elevado para a concessão de benefícios, sem que sejam adotadas as cautelas mínimas para a prevenção de tais descontos irregulares (ver em <https://web.trf3.jus.br/noticias-intranet-sjms/Noticiar/ExibirNoticia/1163-inss-tera-que-indenizar-familia-de-aposentado-por>, acessado em 24/4/2026).
32. Assim, nesse juízo preliminar, ante os indícios de precariedade da fiscalização exercida pelo INSS e o grave cenário de vulnerabilidade sistêmica detalhado nos autos, entendo insuficiente que esta Corte apenas acompanhe a implementação dos referidos controles.
33. Dessa forma, cabe determinar ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) que suspenda, imediatamente, novas averbações de empréstimos pessoais consignados até que as travas de segurança e controles internos constantes nas demandas DM.206791, DM.208207, DM.209361, DM.209362, DM.209363, DM.209364, DM.209365 e DM.209366 estejam efetivamente implementadas e em plena operação no sistema *eConsignado*.
34. A medida é necessária diante do risco iminente de dano ao erário e aos segurados, uma vez que a ausência desses controles permite a ocorrência de fraudes críticas, tais como: (i) consignações em nome de pessoas falecidas; (ii) contratações sem suporte contratual ou com identificação biométrica prejudicada; (iii) depósitos em contas de terceiros; (iv) inclusão ilegal de seguros e outros produtos; e (v) empréstimos a menores de idade, bem como da evidenciada precariedade na fiscalização manual exercida pelo INSS.
35. Nesse ponto, cabe à Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social (Dataprev) priorizar a execução das referidas demandas, abertas entre novembro de 2025 e março de 2026, considerando que a demora na implementação de ajustes sistêmicos básicos prolonga injustificadamente a exposição de milhões de beneficiários a práticas abusivas e erros operacionais.

36. Ademais, entendo necessário que, uma vez implementados os controles, deve o INSS apresentar relatório técnico que comprove a plena eficácia das travas de segurança para mitigar as irregularidades apontadas neste momento processual.

37. Por fim, entendo oportuno deferir, com ajustes, a proposta de diligência da unidade técnica, por entender que as sugestões apresentadas na instrução são meramente elucidativas, sendo mais adequado que os órgãos mencionados indiquem as eventuais adequações administrativas e normativas viáveis para a solução das questões já identificadas. Além disso, contribuirá para o aprofundamento das análises por esta Corte com vistas a identificar necessidades de ajustes adicionais para a melhoria da fiscalização e gestão das consignações de empréstimos pessoais aos segurados do INSS.

38. Entendo que a gravidade das ocorrências relatadas, aliada à manifesta fragilidade dos mecanismos de controle do INSS, impõe a atuação célere e incisiva deste Tribunal. A possibilidade de existência de um volume sistêmico de consignações irregulares – que variam desde a ausência de manifestação de vontade do segurado até a concessão de empréstimos em nome de pessoas falecidas ou menores de idade - exige uma apuração técnica pormenorizada. Não se trata apenas de falhas operacionais, mas de potencial afronta aos princípios da moralidade e da eficiência administrativa, além do risco iminente de prejuízo irreversível a milhões de beneficiários vulneráveis. Diante desse cenário, faz-se imperativo determinar a realização de inspeção junto ao INSS e à Dataprev com o objetivo de mapear o arcabouço normativo vigente, avaliar a eficácia das travas preventivas e, sobretudo, quantificar a extensão das irregularidades e dos conflitos de interesses que possam estar retardando as soluções sistêmicas necessárias.

39. Cumpre registrar que a proteção aqui buscada transcende a esfera patrimonial, alcançando a própria dignidade dos segurados, visto que o benefício previdenciário detém natureza alimentar e, para a vasta maioria, representa o limite do mínimo existencial, cabendo ao Estado a garantia da inviolabilidade desses benefícios.

Diante do exposto, incorporo os pareceres da unidade técnica às peças 49-51 e 5-7 às minhas razões de decidir, e VOTO por que o Tribunal adote a deliberação que ora submeto a este Colegiado.

TCU, Sala das Sessões, em 29 de abril de 2026.

MARCOS BEMQUERER COSTA
Relator

ACÓRDÃO Nº 1094/2026 – TCU – Plenário

1. Processo nº TC 003.276/2026-0.
2. Grupo I – Classe de Assunto: VII – Representação
3. Interessados: Controladoria-Geral da União (26.664.015/0001-48); Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência - Dataprev (42.422.253/0001-01); Instituto Nacional do Seguro Social (29.979.036/0001-40).
4. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.
5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa, em virtude da aposentadoria do Ministro Aroldo Cedraz de Oliveira, Portaria-TCU nº 11-SEAE, de 20/3/2026.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Previdência, Assistência e Trabalho (AudBenefícios).
8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação formulada pelo Ministério Público junto ao TCU (MPTCU), por meio de seu Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado, acerca de supostas irregularidades relacionadas ao vazamento de dados sigilosos de aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e a práticas abusivas e fraudulentas em empréstimos consignados.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, por unanimidade, ante os motivos expostos pelo Relator, em:

9.1. deferir parcialmente o pedido de concessão de medida cautelar, com fulcro no art. 276 do Regimento Interno/TCU, tendo em vista a existência dos elementos necessários para sua adoção parcial, a fim de que:

9.1.1. o Instituto Nacional do Seguro Social suspenda, imediatamente, novas averbações de crédito consignado nas modalidades “cartão de crédito consignado” e “cartão consignado de benefício” até a deliberação definitiva deste Tribunal;

9.1.2. o Instituto Nacional do Seguro Social suspenda, imediatamente, novas averbações de empréstimos pessoais consignados até que as travas de segurança e controles internos constantes nas demandas DM.206791, DM.208207, DM.209361, DM.209362, DM.209363, DM.209364, DM.209365 e DM.209366 estejam efetivamente implementadas e em plena operação no sistema *eConsignado*;

9.1.3. a Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social (Dataprev) priorize a execução das referidas demandas, abertas entre novembro de 2025 e março de 2026, considerando que a demora na implementação de ajustes sistêmicos básicos prolonga injustificadamente a exposição de milhões de beneficiários a práticas abusivas e erros operacionais, sem prejuízo de eventuais ajustes e acréscimos técnicos nessas demandas que se façam necessários para a prevenção de irregularidades na consignação de empréstimos pessoais nos benefícios previdenciários;

9.1.4. o Instituto Nacional do Seguro Social, em conjunto com a Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social, apresente, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias contados da notificação deste acórdão, relatório técnico que comprove a plena eficácia das travas de segurança para mitigar as irregularidades apontadas neste momento processual.

9.2. diligenciar o Instituto Nacional do Seguro Social, a Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social e o Banco Central do Brasil, com fundamento nos artigos 157 e 187 do Regimento Interno deste Tribunal, para que, tendo em vista o sigilo bancário característico das modalidades cartão de crédito consignado e cartão consignado de benefício, informem, no prazo de 30 (trinta) dias contados da notificação deste acórdão, alternativas que entendam mais adequadas para a efetiva fiscalização dessas consignações, considerando o arcabouço jurídico existente, notadamente no

que tange ao sigilo bancário, indicando, caso pertinente, a necessidade de alterações normativas e administrativas necessárias para esse fim;

9.3. autorizar, com fulcro no art. 240 do Regimento Interno do TCU, a realização de inspeção junto ao Ministério da Previdência Social, ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e à Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social (Dataprev), com o objetivo de:

9.3.1. identificar e analisar o arcabouço legal e infralegal que rege as autorizações de consignação de empréstimos, com especial ênfase nas normas editadas pelo INSS e pelo Conselho Nacional de Previdência Social;

9.3.2. verificar a existência e a eficácia dos mecanismos de controle preventivo e travas automatizadas que condicionem a averbação dos descontos à efetiva validação da regularidade contratual e à manifestação inequívoca da vontade do segurado;

9.3.3. identificar e quantificar as averbações de descontos desprovidas de documentação de suporte ou de comprovação inequívoca da manifestação de vontade do segurado, abrangendo, em especial:

9.3.3.1. casos de desconhecimento da autorização pelo beneficiário ou ausência de recebimento das faturas correspondentes;

9.3.3.2. ocorrências de empréstimos concedidos a múltiplas pessoas mediante o uso da mesma biometria;

9.3.3.3. indicação de conta corrente para depósito em titularidade diversa da do beneficiário;

9.3.3.4. cobranças indevidas de seguro prestamista e taxas administrativas não previstas;

9.3.4. identificar e quantificar as ocorrências de práticas irregulares tais como contratos celebrados pós-óbito, fraudes estruturadas no sistema de consignado e aplicação de taxas abusivas;

9.3.5. avaliar os mecanismos contratuais existentes que visem mitigar potenciais conflitos de interesses que possam estar prejudicando a celeridade na implementação de controles e travas de segurança sobre as autorizações de consignações pela Dataprev;

9.3.6. avaliar os controles existentes para prevenir o vazamento de dados pessoais de aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS);

9.3.7. avaliar as medidas adotadas pelo Ministério da Previdência Social e pelo Instituto Nacional do Seguro Social para apurar as responsabilidades dos servidores e das instituições financeiras que tem Acordos de Cooperação Técnica com os órgãos, nos casos em que são identificadas irregularidades nas consignações de empréstimos nos benefícios dos segurados;

9.4. encaminhar cópia do presente acórdão, bem como do Relatório e Voto que o embasaram, acompanhada das instruções da unidade técnica às peças 49-51 e 5-7 ao Instituto Nacional do Seguro Social, à Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social e ao Banco Central do Brasil, de maneira a embasar o cumprimento das medidas cautelares e as respostas às diligências; e

9.5. comunicar esta decisão ao representante.

10. Ata nº 14/2026 – Plenário.

11. Data da Sessão: 29/4/2026 – Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1094-14/26-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Vital do Rêgo (Presidente), Benjamin Zymler, Bruno Dantas, Jorge Oliveira, Antonio Anastasia e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa (Relator).

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

(Assinado Eletronicamente)

VITAL DO RÊGO

Presidente

(Assinado Eletronicamente)

MARCOS BEMQUERER COSTA

Relator

Fui presente:

(Assinado Eletronicamente)

CRISTINA MACHADO DA COSTA E SILVA

Procuradora-Geral